



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSPORTE
ESCOLAR RURAL NOS ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O PROGRAMA CAMINHO DA
ESCOLA**

IGOR RODRIGUES, DENISE PEREIRA,

GRUPO TEMÁTICO: 02 Análise de Políticas Públicas

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

Os impactos da política pública de transporte escolar rural nos índices de evasão escolar: Uma revisão sistemática sobre o Programa Caminho da Escola

Resumo:

Visando a redução da evasão escolar rural nos municípios brasileiros, o Ministério da Educação criou o Programa Caminho da Escola, o qual incumbiu a renovação, padronização e ampliação dos veículos de transporte escolar voltados para estudantes residente em áreas rurais e ribeirinhas. A fim de investigar os impactos do programa na redução dos índices de evasão escolar rural, realizou-se uma revisão sistemática acerca desse tema em base de dados científicos. Após investigar a incidência dos termos “programa caminho da escola”; “evasão escolar”; “evasão escolar rural”; “transporte escolar rural” e “permanência” nas bases do Google acadêmico e Periódicos Capes foram encontrados 63 documentos. Após uma filtragem pelos critérios de exclusão, foram selecionados 14 desses documentos, dos quais permitiram evidenciar os impactos gerados pelo programa, sob abordagens quantitativas e qualitativas. Também, foi possível demonstrar que alguns desafios externos acabam mitigando os impactos do Programa.

Palavras-chave: Programa Caminho da Escola. Evasão escolar. Transporte escolar rural.

Introdução:

A educação é um dos pilares na vida de um cidadão e, por isso, é essencial que governo tome medidas para melhorar o ensino e o combater a evasão escolar.

Há diversos motivos pelos quais as pessoas abandonam os estudos, seja pela necessidade de entrar cedo no mercado de trabalho, pela indisponibilidade de instituições ou pela dificuldade ao acesso. Logo, quanto maiores as barreiras à acessibilidade escolar, maiores serão as taxas de evasão.

Desta forma, é nítido que o oferecimento do ensino público gratuito não é condição suficiente para garantir o acesso e a permanência dos estudantes em sala de aula, já que os obstáculos físicos, materiais e culturais acabam dificultando sua permanência.

Em casos como os de estudantes residentes da zona rural e das áreas ribeirinhas os obstáculos físicos acabam dificultando o deslocamento até as instituições de ensino e consequentemente desmotivando os alunos a darem continuidade aos seus estudos. Em diversos casos, os estudantes também sofrem com as barreiras sociais – como, por exemplo, a situação financeira, a má alimentação e a baixa alfabetização familiar.

Deste modo, as consequências sociais da evasão escolar podem ser as mais diversas, desde a indisponibilidade de acesso ao mercado de trabalho até a baixa qualidade de vida e desenvolvimento social.

O transporte escolar público apresenta-se como uma política pela qual a acessibilidade se materializa e torna-se possível (SANTOS, 2013). Contudo, tem se demonstrado como um dos grandes desafios enfrentados pelos estudantes, tendo em vista a falta de estrutura das estradas e as longas distâncias entre as residências e as unidades de ensino. Ademais, o problema não se limita à existência do transporte escolar, mas também a qualidade do mesmo, já que precariedade do transporte junto aos longos

percursos podem provocar o cansaço dos estudantes e colaborar para o desinteresse em relação a continuidade dos estudos, além de representar um risco a própria integridade dos alunos.

Isto posto, fica evidente a necessidade de políticas públicas para combater a evasão e incentivar a permanência dos estudantes no ambiente escolar, possibilitando oportunidades de ascensão aos mais desfavorecidos.

Atentando para as peculiaridades da educação na área rural, o governo federal criou em 2007 o Programa Caminho da Escola, o qual faz parte de uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Visando à redução da evasão escolar, a melhoria da qualidade e da segurança dos modais, além de contribuir para a transparência e economicidade dos processos licitatórios, o Programa Caminho da Escola concebeu um modelo governamental totalmente novo para solução de um problema antigo, crônico, grave e que tem se mostrado extremamente dispendioso para os cofres da União, trazendo consigo ideias práticas e – concretas (FREITAS, 2009)

Nesse contexto, o presente trabalho visa contribuir para a discussão do transporte rural escolar no Brasil como medida para a compreensão das ações sociais do Estado. Tendo como proposta investigar como a política pública educacional “Programa Caminho da Escola” contribuiu para o combate da evasão escolar nas áreas rurais brasileiras. Nesse sentido, buscou-se realizar uma revisão sistemática sobre os efeitos do Programa, sendo reunido, avaliado e conduzido uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários sobre o tema proposto.

Portanto, o estudo justifica-se pelo fato da relevância da avaliação posteriori de políticas públicas tanto como instrumento de controle social como de coordenação gerencial. Já que a avaliação dos resultados é de suma importância para demonstrar a eficiência e eficácia das políticas, programas e projetos, a fim de justificar o uso responsável dos recursos públicos.

Fundamentação

Estudos coordenados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação e pelo Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (Ceftru) da Universidade de Brasília apontam que um dos maiores desafios da educação no Brasil, listado pela Pesquisa Nacional por Amostras de

Domicílios (PNAD 2006), é a acessibilidade e a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Adicionalmente, eles apontaram que no Brasil mais de 4,8 milhões de estudantes da educação básica da rede pública que residem em área rural dependem de transporte diário para chegar à escola e que considerando esse universo, seria necessária uma frota de 103,7 mil veículos, com capacidade média para 31 passageiros, para executar o transporte escolar desses alunos.

Nesse contexto, em 2007 foi instituído o Programa Caminho da Escola por Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE, Resolução/FNDE/CD/nº 03, de 28 de março de 2007 e, posteriormente, disciplinado pelo Decreto da Presidência da República nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2009.

Ele foi criado como uma política pública que engloba diferentes instituições públicas e privadas. Dessa forma, o Programa age de forma conjunta para tentar solucionar os problemas de inclusão social e do transporte escolar rural em meio às complicadas condições de operação do interior do país.

O Programa Caminho da Escola, visando garantir a permanência e o acesso aos estudantes da educação básica, teve como principais objetivos a renovação da frota de veículos escolares, a garantia da segurança e da qualidade do transporte dos estudantes, a padronização dos veículos e a redução da evasão escolar. O programa também visa à redução dos preços dos veículos e a melhora na transparência das aquisições.

Com a renovação da frota, os veículos passam a oferecer mais conforto para os estudantes, que, por vezes, percorrem longos percursos e permanecem por bastante tempo nos veículos. Ademais, traz mais segurança no deslocamento dos estudantes, dado que os veículos devem se encontrar em bom estado de uso.

A padronização dos veículos visa garantir um veículo com especificações exclusivas e adequadas para as condições de trafegabilidade nas vias públicas, em especial, nas zonas rurais. Por isso, o governo federal, através do FNDE e em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) definiram parâmetros para a aquisição dos modelos de transporte. Por exemplo, a partir de 2009, os ônibus escolares tiveram inovações em seu design, a fim de adaptar os veículos de acordo com a realidade de cada localidade. Dentre as inovações, estava um chassi mais alto e rodas mais próximas da frente e da traseira, o que facilita a saída em terrenos com condições precárias de trafegabilidade. Itens de segurança, como vidros temperados, ou de acessibilidade, como elevadores para cadeirantes, também foram adicionados.

Conforme conceitos elencados por Freitas (2009), cabe destacar que com a adoção das especificações rigidamente padronizadas, os ônibus e embarcações com identidade própria, as cores amarelo e preto, padrão do programa, são imediatamente identificadas como portadoras de carga preciosa, ou seja, os estudantes. Assim, pode-se afirmar o caráter inovador do Programa e facilitador do longo caminho até a sala de aula, enfrentado por uma grande parcela das crianças brasileiras.

O programa, objetivando a redução nos preços e a transparência nos processos de compras, realiza a aquisição por meio de pregão eletrônico de registro de preços nacional.

Assim, a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios no Programa Caminho da Escola pode se dar de três formas: 1) com assistência financeira do FNDE, na qual o fundo pode custear a aquisição dos veículos, de acordo com o Plano de Ações Articuladas (PAR); 2) com recursos próprios, os entes federativos deverão aderir ao pregão, via convênio firmado com o FNDE; e 3) com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que irá disponibilizar uma linha de crédito especial para a aquisição de ônibus e embarcações escolares.

Além de garantir o acesso às escolas, os veículos podem ser utilizados para assegurar o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e de lazer realizados fora do estabelecimento de ensino, desde que definido no plano pedagógico.

Métodos

O estudo trata-se de uma revisão sistemática, conduzida pela metodologia proposta por Moher et al (2009). Assim, a escolha do estudo vinculou-se a pergunta que se pretendia responder, dessa forma, para a formulação da pergunta foi identificado inicialmente o problema (P), o alto índice de evasão escolar rural; a intervenção (I), o Programa Caminho da Escola; o que será comparado (C), índice de evasão escolar rural antes e depois da intervenção; qual o desfecho (D), quais os efeitos da após a intervenção e, eventualmente o tempo (T) decorrido para se avaliar o desfecho. Portanto, adotou-se como questão norteadora: Quais os impactos do Programa Caminho da Escola no combate à evasão escolar rural?

A realização da revisão foi conduzida a partir de um plano de pesquisa bibliográfica. Para atingir o objetivo estabelecido, foram realizadas buscas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Periódico Capes e na plataforma de buscas Google Acadêmico. A escolha das bases justifica-se ao

fato que o Periódico Capes ser um portal que reúne as principais coleções e bases de dados da literatura científica nacional com acesso livre e conteúdo de alta qualidade. O buscado do Google Acadêmico é uma das ferramentas de busca mais abrangentes do mundo, que permite acessar publicações de revistas indexadas nas principais bases de dados.

A estratégia de busca empregou as seguintes combinações dos termos: Programa Caminho da Escola; evasão escolar; evasão escolar rural; transporte escolar rural e permanência. Destaca-se que a eleição dos termos foi decorrente de se tratar da forma de comunicação científica mais valorizada pela comunidade acadêmica, sendo que a opção de trabalhos pela língua inglesa e portuguesa se deve ao fato de alguns autores priorizarem a publicação em revistas internacionais. Houve limitação do ano de publicação, pois foram avaliados estudos após a implementação do programa, ou seja, a partir de 2007. Ademais foram incluídos artigos de pesquisa, estudos de caso, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e estudos de instituições públicas e privadas.

Os operadores booleanos (AND, OR, NOT) foram utilizados sempre que necessário e outras estratégia foram empregadas procurando diferentes combinações.

Para a seleção e inclusão dos estudos, foram empregados os seguintes critérios: (1) que abordavam o Programa Caminho da Escola, (2) que avaliaram os impactos da política pública nos índices educacionais e (3) estudos realizados no Brasil.

Como critério de exclusão foram adotados os seguintes argumentos: (1) estudos repetidos; (2) abordavam outro tema que não de interesse desse trabalho, ou seja, os estudos que não abordavam, especificamente, os impactos nos níveis de evasão escolar rural; (3) estudos descritivos sem análise efetuada e (4) por último, estudos de trajetória histórica.

Uma primeira análise foi realizada com base nos títulos e nos resumos de todos os artigos que preencheram os critérios de inclusão. Após análise dos resumos, todos os artigos selecionados foram obtidos na íntegra e posteriormente examinados de acordo com os critérios de exclusão. Para a realização dos processos de seleção e avaliação de artigos foi realizada uma revisão por pares, onde os pareceristas avaliavam os trabalhos individualmente e depois em conjunto, a fim de conciliar as ideias interpostas.

Resultados

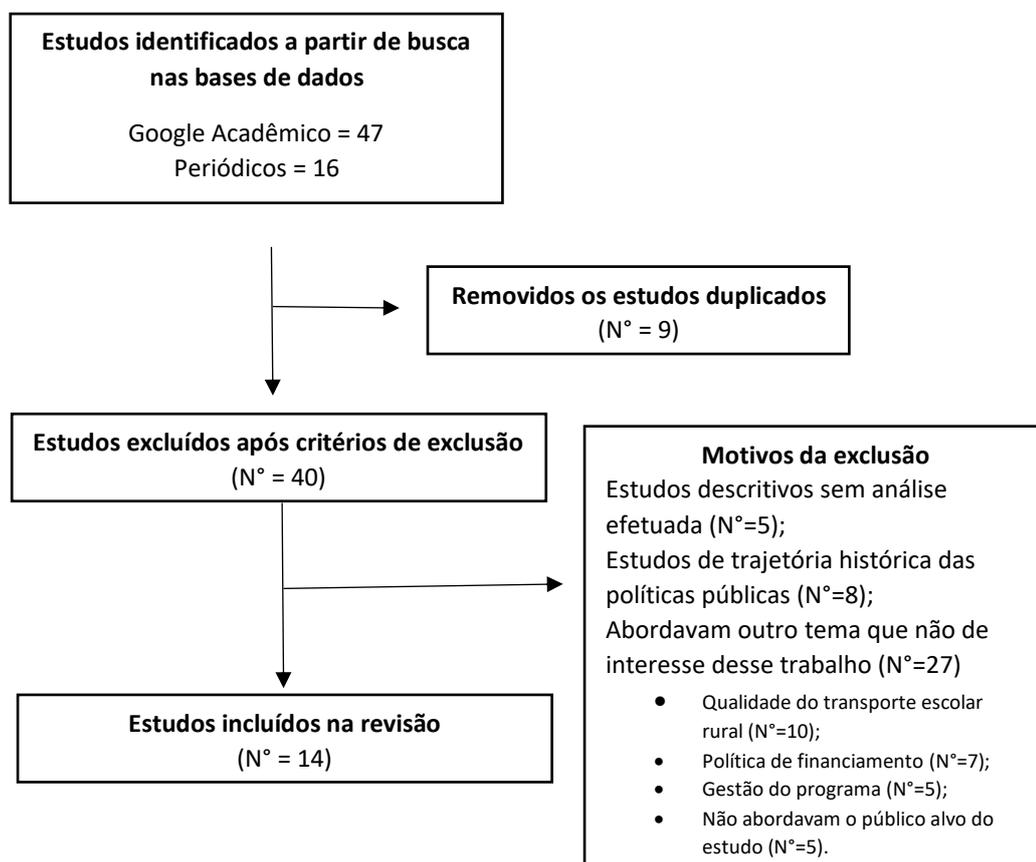
No total, foram identificadas inicialmente, nas bases de dados Google Acadêmico e Periódico Capes, 63 publicações sobre o tema. Essas, por sua vez, foram incluídas no

software Mendeley para que fossem feitas as verificações das duplicatas. Com a eliminação de 9 trabalhos duplicados, foi realizada a análise de resumos. Após a leitura dos resumos das 54 publicações restantes, 40 não foram elegíveis, conforme os critérios de exclusão.

Dos 54 resumos lidos, 27 foram excluídos, pois abordavam outro tema que não de interesse desse trabalho, dos quais em dez os resultados eram relativos à qualidade do transporte escolar rural, sete retratavam a política de financiamento do programa, cinco exploravam a gestão do programa e cinco não abordavam o público-alvo do estudo. Outros cinco estudos também foram retirados, pois se enquadravam em estudos descritivos sem análise efetuada e oito, por se tratarem de estudos de trajetória histórica das políticas públicas. Ao final, 14 estudos atenderam todos os critérios de inclusão e foram objeto da presente revisão sistemática. Todos os estudos elegíveis foram lidos em sua íntegra.

A figura 1 apresenta o fluxograma de identificação e seleção de artigos para a revisão sistemática sobre os impactos do Programa Caminho da Escola na evasão escolar rural no Brasil de 2007 a 2021

Figura 1: Fluxograma de identificação e seleção de artigos para revisão sistemática sobre os impactos do Programa Caminha da Escola na evasão escolar rural, Brasil, 2017 a 2021



Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 1: Estudos incluídos na Revisão Sistemática, Brasil, 2015 a 2021.

AUTORES	TÍTULOS	TIPO DE TRABALHO	ANO
Ribeiro, A. C.	A Trajetória da política de transporte escolar rural no Brasil: percorrendo o caminho de indicadores de desempenho da educação básica	Dissertação	2015
Marton, D. C. L.	As vulnerabilidades do programa caminhos da escola e o impacto no direito à educação de crianças e jovens	Artigo	2017
Campos, L. M. B.	Eficiência do Programa Caminho da Escola na redução da taxa de abandono escolar nos municípios rurais do Brasil	Monografia	2016
Macêdo, A. T. C. L.	Como a inserção das políticas públicas auxilia para a entrada e permanência de alunos de zona rural nas escolas tidas como distantes	Artigo	2018
Medrano, R. M. A.; Carvalho, W. L.	<i>Factors that influence the evaluation of the “Caminho da Escola” Program: An analysis based on the perception of managers, school principals and members of the social</i>	Artigo	2021
Vasconcellos, E. A.; Dias, A. C.	Transporte escolar rural e acesso à educação em Taubaté	Estudo Institucional	2019
Santos, A. R.	A política do transporte escolar na educação do campo: Impactos e desafios na realidade escolar	Artigo	2017
Santos, A. R.; Cardoso, E. A. M.	Os impactos do PAR nos municípios de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna (2013–2017)	Artigo	2017
Marques, G. L.	Monitorando a Evasão Escolar na Zona Rural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro: Um estudo da contribuição do Programa Caminho da Escola	Artigo	2018
Silva, V. L. P.; Vasconcelos, F. H. L.	Programa caminho da escola: impactos da política educacional nos índices educacionais rurais do estado do Ceará.	Artigo	2021
Universidade Federal do Goiás	Avaliação Nacional do Programa Caminho da Escola: Avaliação de Impacto	Estudo Institucional	2018
Santos, J.P. S.	Transporte Escolar Rural no Distrito Federal: Uma Análise Estatística	Monografia	2013
Oliveira, A. A.	Uma Breve Análise do Programa Caminho da Escola no Período de 2015 a 2019 no âmbito do Distrito Federal	Monografia	2020
Santos, A. R.; Nunes, C.	Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro	Capítulo de Livro	2021

Fonte: Elaborada pelos autores

A tabela 1 apresenta os estudos, por autor, título, tipo de trabalho e ano, selecionados para a revisão sistemática sobre os impactos do Programa Caminho da

Escola na evasão escolar rural no Brasil de 2007 a 2021. Quanto às características gerais dos estudos elegíveis, sete são artigos publicados em revistas científica, três estudos de conclusão de curso, um capítulo de livro, uma dissertação de mestrado e dois estudos institucionais, sendo a publicação mais antiga de 2013.

Discussão

As publicações produzidas no período de 2013 a 2021 sobre os impactos do Programa Caminho da Escola, encontrados na presente revisão sistemática, evidenciaram que após a implementação do Programa foi observada uma redução significativa nos índices de evasão escolar na zona rural dos municípios brasileiros.

O estudo de Campos (2016), com base em informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), analisou a quantidade de municípios brasileiros rurais e urbanos que registraram taxas de evasão escolar nos anos de 2007 a 2014. Foi possível constatar que o número de municípios rurais que registraram taxa de evasão teve uma diminuição de 14,5% após a implementação do Programa. Além do mais, a taxa média de evasão escolar, no período de 8 anos após a implementação, recuou de 4,5% em 2007 para 0,55% em 2014.

No trabalho de Marques (2018), com o investimento por parte do Ministério da Educação na compra e disponibilização de ônibus e bicicletas escolares para a implementação do Programa Caminho da Escola no Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que, aproximadamente, 60% dos municípios estudados tiveram uma diminuição nas taxas de evasão escolar rural.

No estado do Ceará, o estudo realizado pela Universidade Federal do Goiás verificou que entre 2007, ano de implementação do programa, e 2014 houve uma redução de 23% na taxa de evasão. No entanto, buscando analisar mais afundo os impactos do Programa Caminho da Escola sobre a evasão escolar rural no Estado do Ceará, Silva et. al. (2021) utiliza dos dados das escolas rurais cearenses, disponibilizados pela Secretaria de Educação do Ceará, para legitimar os impactos do Programa na redução da taxa de evasão escolar em áreas rurais. Logo, tomando como base o ano de 2008 - primeiro ano de implementação do Programa no Estado - e o ano de 2016, o estudo, a partir de uma análise bidimensional simples da relação adesão/taxa de evasão, constatou que o Estado do Ceará apresentou uma redução de 25% na taxa de evasão escolar na zona rural, números superiores aos 21% no Nordeste. Explica o estudo que tamanha redução se

justifica pelo fato de o Ceará possuir a maior média percentual de adesão ao Programa Caminho da Escola dentre os estados do Nordeste.

Resultados similares foram apontados por Ribeiro (2015), o qual verificou uma curva de crescimento maior na evolução do índice de frequência escolar dos estudantes nos municípios amparados pelas ações do Programa Caminho da Escola do que nos municípios que não aderiram ao Programa. Esses resultados acompanham, também, os indicadores de rendimento e movimento dos estudantes da educação básica, demonstrando as externalidades positivas do Programa em relação aos indicadores de desempenho.

O estudo de Santos (2013) evidenciou uma fraca correlação entre o número de matrículas da área rural do Distrito Federal e a evasão escolar no período de 2008 a 2012. Traçando um paralelo da correlação com o transporte escolar rural, cita que uma baixa correlação evidencia ainda que a evasão pode estar sendo alvo de outros fatores e não do transporte disponibilizado como serviço na área rural, verificando-se nesse caso que o transporte escolar rural está alcançando seu objetivo constitucional.

No estudo de Oliveira (2020), permitiu-se verificar que a disponibilização do transporte escolar rural pelo Programa Caminho da Escola não se trata de uma opção, mas o único acesso às unidades de ensino. Dessa forma, o Programa tem sanado ou amenizado as dificuldades de locomoção dos estudantes rurais nas instituições de ensino (OLIVEIRA, 2020 apud NETO) e isso reflete diretamente nos índices de evasão escolar. O estudo, que foi realizado no Distrito Federal, constatou que entre janeiro de 2015 e outubro de 2019 houve um aumento de 38% na utilização do transporte escolar rural pelos estudantes. Conforme demonstrado pelo trabalho, esse aumento foi em virtude do progresso na participação e permanência dos estudantes nas escolas rurais, comprovado pelo crescente número de matrículas realizadas.

Exemplos como no estudo da cidade de Taubaté – São Paulo (VASCONSELOS, 2019), os impactos foram percebidos pelo abastecimento das escolas, promovendo uma transformação positiva na vida dos moradores das zonas rurais. O programa de transporte escolar rural possibilitou o ingresso de milhares de jovens e crianças regularmente à escola. Comparações dos dados escolares antes e depois da inclusão do Programa Caminho da Escola apontam que o Programa trouxe resultados significativos para região, que sofria com o descaso educacional atribuído à falta de oportunidade e acesso à instrução.

O trabalho apresentado pela Universidade Federal do Goiás (UFG, 2018) amplia consideravelmente o campo de estudo. Por meio de estimativas Diferenças em Diferenças (Dif-Dif), o estudo evidencia que a cada 1.000 estudantes da educação básica no Brasil, 2 deles deixaram de evadir, graças à implementação do programa. Mesmo controlando a taxa de evasão para fatores como: matrícula em área rural, taxa de repetência, taxa de reprovação, Produto Interno Bruto – PIB per capita, escolarização do professor, o Programa Caminho da Escola contribui para redução da evasão em aproximadamente 0,5%. Nesse sentido, para os mesmos 1.000 estudantes, cerca de 5 deixaram de evadir nos municípios que aderiram ao Programa. Portanto, é notável que o Programa Caminho da Escola está reduzindo a taxa de evasão escolar rural no Brasil e mostra-se eficaz na concretização dos seus objetivos.

Analisando o impacto do programa por região nota-se que os efeitos são mais acentuados nas regiões que possuem maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais. Por exemplo, o impacto foi de 0,7% na região Norte, também observado no estado de Alagoas, região Nordeste. Especificamente em relação à região Nordeste, o estudo constata que nos resultados separados por estado, houve impacto na taxa de evasão escolar na maioria de seus estados e que a particularidade de cada estado deve ser considerada a fim de verificar o real impacto do programa na referida região. Ademais, foi demonstrado que em mais de 70% dos estados brasileiros houve um impacto positivo do Programa Caminho da Escola na redução da evasão escolar rural.

Para Santos (2020), foram detectadas melhorias na permanência dos estudantes de escolas rurais após a implementação do Programa em 2007. Deste modo, o referido estudo entende que a participação do município no Programa, apesar de não ser o único fator que influencia na redução da taxa de abandono escolar, é essencial para combater a evasão dos alunos, já que ao se comparar os municípios rurais e urbanos, os municípios rurais constatarem uma melhora significativa em relação aos municípios urbanos que não são atendidos pelo Programa. O impacto das políticas e programas governamentais não deve ser avaliado somente por um aspecto quantitativo. Logo, outros importantes aspectos, que permitem compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas, foram levados em consideração na avaliação acerca do Programa Caminho da Escola. Assim, por meio dos diferentes atores envolvidos com essa política, alguns estudos deram ênfase nos aspectos qualitativos, a fim de avaliar a percepção dos beneficiários e ou gestores em relação à eficácia do Programa.

Para isso, o estudo da UFG (2018) fez uma análise de conteúdo relacionada ao Programa Caminho da Escola, a qual revelou que para os gestores, os diretores e os representantes dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social – CACS/Fundeb, o que mais se destacou no Programa foi a garantia do acesso à educação, onde 22,5%; 46,5% e 42,8%, respectivamente, apontaram como o ponto mais positivo e perceptivo. Corroborando com o estudo, Medrano e Carvalho (2021), a partir de uma análise da percepção dos gestores, diretores de escolas e membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social, mensuram os impactos desses fatores no item de avaliação geral do Programa Caminho da Escola. Os resultados, de forma geral, apresentaram que a percepção dos três grupos revela que a avaliação da efetividade do programa tenha efeito direto e positivo na redução da taxa de evasão escolar rural. Em especial, quando se refere aos fatores de “melhor acesso para estudantes que vivem em áreas rurais”, “Permanência de estudantes residentes na zona rural” e “Redução da evasão escolar”. Nesses três fatores mencionados, a percepção dos três grupos foi satisfatória e positiva para a qualidade do ajuste do modelo. Portanto, infere-se que os gestores, os diretores e os membros do conselho tenham uma percepção de que os impactos do Programa Caminho da Escola tenham gerado efeitos significativos para a redução das taxas de abandono escolar na zona rural dos municípios brasileiros.

Outra abordagem dos impactos do Programa é apresentada por meio da percepção dos beneficiários. A partir das entrevistas realizadas por Macedo (2018) com pais e estudantes da zona rural brasileira, foi identificado que as principais implicações para que os sujeitos não tivessem acesso ao ensino seria a indisponibilidade do transporte escolar. Conforme é apresentado nas entrevistas, a falta do serviço e/ou a dificuldade ao acesso impossibilitava e desmotivava a continuidade dos estudos. Logo, o entrevistado, que não teve acesso ao Programa, explica que a implementação de políticas públicas de transporte escolar rural, inclusive por meio da disponibilidade de bicicletas, permitiu que seu filho deixasse os afazeres no campo e o introduzisse em âmbito educacional. Portanto, mostra-se claro que a implementação de políticas e programas além de possibilitar o acesso dos estudantes às instituições, também, avança na compreensão dos trabalhadores rurais sobre a importância do conhecimento.

O mesmo vale para o estudante entrevistado, que percebe que houve uma mudança considerável em relação às possibilidades condicionadas para si em comparação às disponibilizadas aos seus pais. O estudante argumenta que a forma como o deslocamento dos alunos do campo se dá até os centros educacionais é um ponto fundamental para

encorajá-los a permanecer estudando. Outro ponto é a possibilidade de ir para a escola sem a necessidade do acompanhamento dos pais, isso faz com que os próprios pais se sintam cômodos em deixar que os filhos permaneçam na escola.

Desafios

Apesar de os estudos evidenciarem os impactos gerados pelo Programa Caminho da Escola em relação às taxas de evasão escolar, também, identificaram os desafios que consentem e acabam refreando e limitando o potencial dos efeitos almejados.

Um dos desafios apresentados por Evangelista et. al. (2017), Santos et. al. (2017) foi o processo de nucleação das escolas, que acabam fechando escolas rurais multisseriadas e unificando-as em um único polo. Os argumentos de viés político pedagógico e econômico-administrativos sustentam que a nucleação viabiliza uma melhoria no processo educativo decorrente do maior apoio técnico e financeiro para as instituições de ensino. Na contramão as críticas sustentam que a nucleação distancia ainda mais os estudantes das escolas, além de os riscos e desgastes das longas viagens em estradas precárias.

Desta maneira, o que o estudo de Evangelista et. al. (2017) expõe é que apesar da implementação do Programa apresentar resultados significativos e interessantes em relação à redução das taxas de abandono escolar nos municípios baianos, constatou-se que o processo de nucleação das escolas se apresenta como um obstáculo aos efeitos do Programa. Assim, tal política dificulta no atendimento às especificidades da educação no campo, o que, por vezes, vai de encontro ao que objetiva o Programa. Para Santos et. al. (2017), o poder público que apesar de garantir aos estudantes afetados o transporte intracampo, não consegue evitar ao máximo o deslocamento destes alunos para a cidade, devido ao fechamento das unidades de ensino. O mesmo problema é evidenciado em Santos (2020), o qual argumenta que grande parte dos estudantes apesar de possuir o transporte para ir à escola, acaba sendo desestimulada, devido aos longos períodos de deslocamento, dado que um grande contingente das crianças e dos jovens não estuda na comunidade de origem.

Este último fator é de suma importância para compreender os desafios que mitigam os impactos do Programa, visto que a ausência de uma escola na comunidade pode aumentar ainda mais os índices de evasão, pois o jovem não estuda simplesmente por não ter onde estudar, mas pelas dificuldades enfrentadas para chegar onde estudar. Logo, o que deveria encurtar o trajeto entre a residência e local de ensino melhorando a

qualidade de vida dos estudantes e motivando-os a permanecer na escola, acaba gerando barreiras para o acesso à educação.

Outros desafios que mitigam os impactos do Programa podem ser encontrados em estudos como o de Santos (2020), que mostram que a falta de infraestrutura para a realização do transporte escolar rural influencia diretamente nos índices de evasão. Por exemplo, as más condições das estradas acabam prolongando os percursos e desmotivando os estudantes.

Considerações Finais

A inexistência de políticas voltadas para o transporte escolar rural acabou impossibilitando o acesso à educação a milhões de crianças e jovens. Nesse sentido, a falta de acessibilidade se materializa na evasão escolar, o que resulta em consequências sociais drásticas na qualidade de vida da população rural.

O Programa Caminho da Escola surgiu com o objetivo de reduzir a evasão escolar e possibilitar o acesso e a permanência dos alunos da zona rural nas instituições de ensino. Dessa maneira, este estudo trouxe importantes contribuições da produção científica sobre os impactos do Programa.

Logo, é verificado que após a implementação do Programa Caminho da Escola o país conseguiu significativos avanços na redução das taxas de evasão escolar rural, evidenciando que os efeitos do Programa alcançaram seus objetivos. Percebe-se que a maioria dos trabalhos publicados nos últimos anos, acerca do tema, está voltada para os efeitos substanciais e quantitativos. Todavia, foram encontrados estudos voltados à análise dos aspectos qualitativos e perceptivos do impacto.

Cabe salientar que os resultados encontrados nos estudos dependem de inúmeros fatores, entretanto, destaca-se o provimento do serviço de transporte escolar rural que assegura, às crianças e aos jovens que residem em regiões de difícil acesso, a permanência na escola. Entretanto, é perceptível nos estudos avaliados que os resultados do impacto do programa quando avaliado de forma isolada causa pouco efeito nas taxas de evasão. Porém, quando avaliado conjuntamente com os demais fatores, o programa tem uma melhora nos seus efeitos. Isso pode ser justificado pelo fato que o problema do transporte escolar nas zonas rurais não é o único e exclusivo fator da evasão. Junto a este, temos fatores como insuficiência de informação, nível de escolaridade dos pais, renda, entre outros.

Ademais a literatura consultada traz alguns desafios externos que acabam mitigando os impactos do Programa Caminho da Escola. Dos quais, a disponibilização de vaga aos estudantes, que deveria ocorrer em escolas próximas de suas residências, e a concessão do transporte escolar, que deveria se dar de forma residual. Contudo, a problemática do fechamento ou da falta de instituições públicas de ensino na área rural pode influenciar nos impactos gerados pelo programa de transporte escolar.

Assim, verificou-se que muito da eficácia do programa pode estar associada a outros problemas. Nesse sentido, a escassez de instituições de ensino rurais, decorrente do fechamento das escolas no campo, acaba inviabilizando um dos benefícios do transporte escolar rural, visto que os estudantes apesar de possuírem o transporte, por vezes, são deslocados para instituições urbanas, que prolongam o percurso dos estudantes, que desmotivam, onde sofrem preconceito e discriminação e que reforçam o esvaziamento do meio rural.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução Conselho Diretor/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 03/2007, Brasília, DF, de 28 de março de 2007.

BRASIL. Presidência da República. Decreto da nº 6.768, 10 de fevereiro de 2009. Brasília, DF, 2009.

CAMPOS, L. M. B. Eficiência do Programa Caminho da Escola na redução da taxa de abandono escolar nos municípios rurais do Brasil. 41 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2016.

EVANGELISTA, J. C. S, SANTOS, C. R, SILVA, L.R. SANTOS, A.R. A política do transporte escolar na educação do campo: impactos e desafios na realidade escolar. In: Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, II. Vitória da Conquista, BA, 2017.

FREITAS, J.C. W. Dias de. Experiência: Programa Caminho da Escola, Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. ENAP. Brasília, DF, 2009.

MACEDO, A. T. C. L. Como a inserção das políticas públicas auxilia para a entrada e permanência de alunos de zona rural nas escolas tidas como distantes: Análise realizada por meio de entrevistas com pessoas de antes e depois da implementação destas. In: Congresso nacional de educação, V. Recife, PE, 2018.

MARQUES, G. L. Monitorando a evasão escolar na zona rural dos municípios do estado do Rio de Janeiro: um estudo da contribuição do Programa Caminho da Escola. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], n. 1, Brasília: UnB, 2018.

MARTON, D. C. L. As vulnerabilidades do programa caminhos da escola e o impacto no direito à educação de crianças e jovens. RVJUR – Revista Jurídica, v.1, n.8. São Paulo: UNISAL, 2017.

MEDRANO, R. M. A & Carvalho, W. L. Factors that influence the evaluation of the “Caminho da Escola” Program: An analysis based on the perception of managers. *Case Studies on Transport Policy*. v.9, n.4, p. 1677-1687, Amsterdam: Elsevier, 2021.

MOHER, D., ET ALL. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *Journal of Chinese Integrative Medicine*, v.7, n.9, p. 889-896, China: China International Book Trading Corporation. 2009.

OLIVEIRA, A. A. Uma Breve Análise do Programa Caminho da Escola, no período de 2015 a 2019 no âmbito do Distrito Federal. Trabalho de Conclusão de Curso 17 (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas) – Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Brasília: Instituto Serzedello Corrêa., 2020.

RIBEIRO, A. C. A. Trajetória da política de transporte escolar rural no Brasil: percorrendo o caminho de indicadores de desempenho da educação básica. 119 F., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2015.

SANTOS, A. R; CARDOSO, E. A. M. Os impactos do PAR nos municípios de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna (2013–2017). *Revista Práxis Educacional*. Vitória da Conquista: Uesb, v. 13, n. 26, p. 110-139, set./dez. 2017

SANTOS, J. P. S. Transporte Escolar Rural no Distrito Federal: Uma Análise Estatística. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão de Agronegócios) — Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2013.

SANTOS. A. R. As dimensões do par no contexto da pesquisa. In: Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro. Salvador: Edufba, p. 135 – 175, 2020.

SILVA, V. L. P., VASCONSELOS, F. H; DAVID, P. B. Programa caminho da escola: Impactos da política educacional nos índices educacionais rurais do estado do Ceará. *Conexões - Ciência e Tecnologia*, Ceará: IFCE, [S.l.], v. 15. Universidade Federal de Goiás. (2018). Avaliação Nacional do Programa Caminho da Escola – Avaliação de Impacto Volume II. Goiânia: Faculdade de Ciências e Tecnologia – Engenharia de Transportes, 2021.

VASCONSELOS, E. A, DIAS, A. C; CURSINO, E. Transporte escolar rural e acesso à educação em Taubaté. São Paulo: Associação Nacional de Transportes Públicos, 2019.